

O Congresso diante da massa falida

7-6-ABR-1985
Hermano Alves

As decisões sobre o Programa de Emergência — ou estratégia de prioridades — para os problemas sociais e econômicos mais agudos serão tomadas não só pelo presidente José Sarney mas também pelo Congresso e, como é natural, por partidos políticos já preocupados com as eleições para as capitais, estâncias hidrominerais e municípios de segurança nacional, em 1985, e para a Assembléia Nacional Constituinte e administrações estaduais e locais em 1986.

Sarney determinou a Francisco Dornelles e João Sayad, os ministros da Fazenda e do Planejamento, que encontrem os recursos, no orçamento federal, para essas prioridades, atendendo assim a um pedido insistente dos governadores de Estados e dos partidos políticos de um modo geral. Mas tornou-se evidente aos membros da Câmara e do Senado que eles, em última análise, passarão a tomar graves decisões sobre política econômica e financeira que, antes eram privilégio dos tecnocratas e dos militares.

Francisco Dornelles, que pintou um quadro aterrador da situação econômica e financeira herdada do regime anterior (fala-se muito no déficit de 53 trilhões de cruzeiros, mas há outros aspectos graves pois implicam em abuso de poder e crime de responsabilidade) aos dirigentes dos partidos da Aliança Democrática, comparecerá à Câmara no dia 8 de maio para falar sobre o assunto a ser devidamente inquirido.

A presença de Ulysses Guimarães na Presidência da Câmara é uma garantia de que o regimento interno não será de modo algum manipulado para evitar uma inquirição a fundo. De qualquer modo, os políticos não se inclinam — pelo menos ainda não — a disputar as cifras que Dornelles venha a fornecer. Admite-se que os cofres foram esvaziados pela administração João Figueiredo — Antonio Delfim Netto (os dois detentores do poder real) durante a campanha eleitoral e no período de espera entre a eleição indireta de 15 de janeiro e a posse do novo governo a 15 de março.

Sarney não quer, de modo algum, agravar o processo inflacionário e — segundo os seus porta-vozes — sabe muito bem que maio será o mês das greves, das negociações com o Fundo Monetário e das decisões urgentes visando ao reativamento da economia e à solução de problemas prementes. Entretanto, Dornelles, Sayad e

outros tecnocratas do regime atual já preparam para o chefe de Estado e o Congresso um cardápio indigesto.

As opções seriam entre a emissão de papel moeda, cortes mais profundos nos gastos do Estado, das empresas estatais etc. E o recurso à tributação. Fala-se abertamente em fazer uma opção quanto aos empréstimos internos (o financiamento do déficit) e também em obrigar-se a classe média e os trabalhadores melhor remunerados a arcar com o peso de um empréstimo compulsório. Todas essas propostas são vistas num Congresso desacostumado de fiscalizar as despesas do Estado como impopulares. E a indignação chega ao auge quando deputados e senadores dizem que os tecnocratas do que se convencionou chamar a Nova República dizem que é mais fácil cobrar da classe média e dos operários remediados do que da alta burguesia e dos interesses estrangeiros "até por uma questão de computadorização", como alguém ouviu de outro alguém no Ministério do Planejamento.

A Nova República tem por lemas algumas frases de Tancredo Neves segundo as quais "não se podem exigir mais sacrifícios dos trabalhadores", "as classes médias foram espoliadas", "a dívida externa não pode ser paga com a fome (ou a miséria) do povo etc. Na hora em que as grandes massas da população, traumatizadas pela morte do presidente eleito, vêem pela frente a máscara severa do FMI, a ameaça da fixação de um salário-mínimo ao estilo Delfim Netto e a possibilidade de um novo surto de inflação e desemprego, verificam os políticos a contradição entre os ideais do estadista desaparecido e as limitações de toda a ordem impostas à administração Sarney.

Há no Congresso um clima de inquietação diante do quadro sombrio pintado por Dornelles e da inevitabilidade de caber aos senadores e deputados (como de resto ao presidente da República) as opções entre remédios amargos e/ou perigosos. E muitos consideram indispensável inquirir-se sobre a atual situação, buscando os responsáveis e culpados para que toda a Nação os conheça, o que é compreensível em termos políticos mas não rentável em termos financeiros.